



# CÂMARA MUNICIPAL DE CAMPO LARGO

## ESTADO DO PARANÁ

### COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO

#### PARECER

#### MATÉRIA ANALISADA

Projeto de Lei n.º 040 do Executivo Municipal, datado de 25 de julho de 2014, cuja súmula *“Dispõe sobre ações prioritárias da Administração Pública Municipal, Metas e Riscos Fiscais, Diretrizes Gerais para Elaboração da Proposta Orçamentária, Normas de Execução Financeira a serem executadas pelo Município de Campo Largo no exercício de 2015, e dá outras providências.”*

#### RELATÓRIO

O Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal, através do Ofício n.º 746/14, datado de 29/07/2014, envia a esta Casa Legislativa mensagem consubstanciada no Projeto de Lei n.º 040/14, o qual *“...objetiva dar cumprimento disposto no art. 165, § 1º, da Constituição Federal, de 5 de outubro de 1988, e art. 141, inciso II c/c art. 143, inciso III, todos da Lei Orgânica do Município de Campo Largo, de 8 de dezembro de 2008, estabelecendo, para o período, os programas com seus respectivos objetivos, indicadores e montantes de recursos a serem aplicados em despesas de capital e outras delas decorrentes e nas despesas de duração continuada.”* (sic)

A proposição disciplina os rumos da administração pública municipal para o exercício de 2015, principalmente às ações relativas às áreas da saúde, da educação, obras e demais programas.





# CÂMARA MUNICIPAL DE CAMPO LARGO

## ESTADO DO PARANÁ

Foram apresentadas emendas ao Projeto: duas de autoria da Vereadora Rosicléa Oliveira da Silva; uma de autoria do Vereador Darci Antônio Andreassa; três de autoria da Vereadora Sueli Guarnieri; cinco propostas pelo Vereador João Marcos Cavalin Cubas, e quatro pelo Vereador Luiz Antônio Rossatto.

### FUNDAMENTAÇÃO

A Lei de Diretrizes Orçamentárias do Município de Campo Largo para o exercício de 2015, foi apresentado e lido no Plenário da Câmara Municipal na Sessão Ordinária do dia 28 de julho de 2014, em consonância, portanto, com o prazo previsto no inciso III do art. 143 da L.O.M., e se faz em cumprimento ao parágrafo 2º do art. 165 da Constituição Federal, Lei de Responsabilidade Fiscal, art. 4º e Lei Orgânica Municipal (art. 141, § 3º), estabelecendo as diretrizes, isto é as metas e objetivos da administração pública Municipal para o próximo ano, compreendendo as ações prioritárias; objetivos e metas; as metas e riscos fiscais; as disposições sobre alterações na legislação tributária; a estrutura e organização da lei orçamentária; diretrizes gerais para elaboração da proposta orçamentária; normas relativas às execuções orçamentárias e financeiras; e as condições sobre a seguridade social, em conformidade com o Plano Plurianual 2014-2017

As ações prioritárias encontram-se elencadas no anexo I do art. 2º; as metas e riscos nos anexos II, III e IV do art. 3º; as alterações na legislação tributária são tratadas no art. 4º; a estrutura e organização da lei orçamentária encontram-se normatizadas nos arts. 5º ao 7º; as diretrizes gerais para elaboração e execução dos orçamentos vêm elencadas nos arts. 8º ao 22; no capítulo VI arts. 23/35 a Lei trata das diretrizes para execução financeira e orçamentária; da seguridade social trata o art. 36 e respectivos parágrafos. No anexo V encontram-se Intimações e Atas das Audiências Públicas.





# CÂMARA MUNICIPAL DE CAMPO LARGO

## ESTADO DO PARANÁ

Com isso fica claro que o Projeto de Lei n.º 040/2014, observa as disposições da Constituição Federal, da Lei de Responsabilidade Fiscal e da Lei Orgânica Municipal, identificando a programação de trabalho e prioridades para o exercício de 2015.

Especial atenção merece o capítulo V do Projeto orientador, que ao tratar das “Diretrizes Gerais para Elaboração e Execução dos Orçamentos, estabelece o montante de R\$ 269.103.050,00 (duzentos e sessenta e nove milhões, cento e três mil e cinquenta reais) como limite para a elaboração do orçamento fiscal. Orçamento do Instituto de Aposentadorias e Pensões de Campo Largo – FAPEN fica fixado em R\$ 42.939.000,00 (quarenta e dois milhões, novecentos e trinta e nove mil reais).

O art. 8º além dos montantes acima consignados, prevê conforme se vê do seu parágrafo único, uma reserva de contingência no ordem de R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais).

Há que registrar ainda, que o Projeto em análise, tratando especificamente das Diretrizes para Execução Financeira e Orçamentária, atende recomendação do Tribunal de Contas do Estado do Paraná, não estabelecendo índices percentuais para as modificações orçamentárias por meio de decreto.

Nesse sentido o art. 31 do PLDO estabelece o limite de R\$ 15.000.000,00 (quinze milhões de reais) para, por meio de decreto, alterar a programação orçamentária, nos termos do inciso III, do § 1º do art. 43 da Lei Federal 4.320/64.

De igual forma e finalidade, foi estabelecido o limite de R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais) para cada um dos orçamentos do Poder Legislativo e do Instituto de Pensões e Aposentadorias de Campo Largo – FAPEN.

Enfim, na elaboração do Projeto de Lei 040/2014 – Lei de Diretrizes Orçamentárias, foram obedecidas todas as normas legais: Constituição Federal, Lei de Responsabilidade Fiscal, Lei Orgânica





# CÂMARA MUNICIPAL DE CAMPO LARGO

## ESTADO DO PARANÁ

Municipal, dando-se a ele ampla divulgação inclusive com a realização de audiências públicas convocadas através do Diário Oficial do Município e também através da imprensa local, conforme se vê do anexo V – Intimações e Atas das Audiências Públicas conferindo-se assim a mais ampla transparência ao processo de sua elaboração e em consonância com o que dispõe o art. 48 da Lei Complementar 101/2000, cujo parágrafo único preconiza: “*A transparência será assegurada também mediante incentivo e participação popular e realização de audiências públicas, durante os processos de elaboração e de discussão dos planos, lei de diretrizes orçamentárias e orçamentos.*”

Finalmente, registra-se que foram disponibilizadas a todos os integrantes deste Legislativo Municipal, cópia integral do presente Projeto de Lei 040, sendo-lhes conferido prazo razoável para apresentação de emendas, bem como foram encetadas reuniões de trabalho para o seu detalhamento, disso resultando na formulação das emendas acima referenciadas, as quais não se revestem de ilegalidade, exceto aquelas de autoria do Vereador João Marcos Cavalin Cuba, que interferem diretamente nas previsões financeiro-orçamentárias do Projeto, o que é vedado pela Lei Orgânica Municipal, dado que somente ao Prefeito Municipal compete a iniciativa de leis que disponham sobre matéria financeira, orçamentária e tributária, conforme inciso IV, do art. 67, c/c os incisos IV e V, do art. 132 do Regimento Interno.

### VOTO

Diante do exposto, a Comissão de Finanças e Orçamento, por unanimidade, no âmbito de sua competência, entende que o Projeto de Lei 040/2014 que trata das ações prioritárias da administração pública municipal e diretrizes gerais para elaboração da proposta orçamentária para o exercício de 2015, deve ser levado, juntamente com as

A  
S

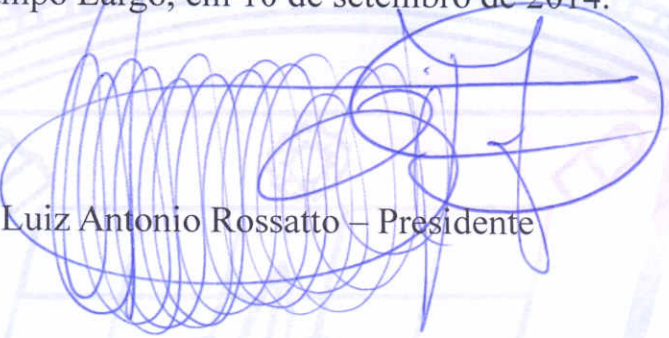


# CÂMARA MUNICIPAL DE CAMPO LARGO

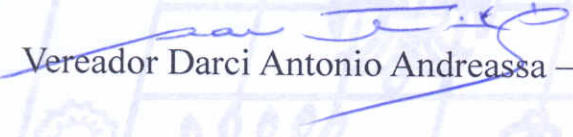
## ESTADO DO PARANÁ

emendas a alta apreciação e deliberação do soberano Plenário desta Assembleia Legislativa Municipal resguardados que foram nele as disposições legais que norteiam a sua elaboração.

Edifício Vereador Odair Lamógli, sede da Câmara Municipal de Campo Largo, em 10 de setembro de 2014.



Vereador Luiz Antonio Rossatto – Presidente



Vereador Darci Antonio Andreassa – Relator



Vereadora Sueli Guarnieri - Membro